



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

Aos 27 dias do mês de julho de 2017, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 459/XIII (2.ª) (BE) - Elimina as coimas aos trabalhadores independentes que se atrasaram no pagamento das suas contribuições à Segurança Social, até que seja aprovado o novo regime de contribuições;

Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;

- Projeto de Lei n.º 566/XIII (2.ª) (BE) - Alarga o período de licença parental exclusiva do pai e estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA;

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

- Projeto de Lei n.º 569/XIII (2.ª) (PSD) - Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- Proposta de Lei n.º 92/XIII (2.ª) (ALRAM) - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2006, de 28 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 15-A/2011, de 23 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro, que regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

Deputado autor do parecer: GP do BE;

- Projeto de Lei n.º 578/XIII (2.ª) (PAN) - Altera o Código do Trabalho, estabelecendo as 35 horas como limite máximo do período normal de trabalho,

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

equiparando o regime do Código do Trabalho ao da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- Projeto de Lei n.º 587/XIII (2.ª) (BE) - Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento;

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

2. Fixação de redações finais:

- Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 457/XIII/2.ª (PSD) e 475/XIII/2.ª (PCP) - Interpreta o n.º 7 do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

- Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 307/XIII/2.ª (BE), 371/XIII/2.ª (PS), 375/XIII/2.ª (PCP) e 378/XIII/2.ª (PAN) _ Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro;

- Texto de substituição dos Projetos de Lei n.ºs 138/XIII/1.ª (BE), 244/XIII/1.ª (CDS-PP), 346/XIII/2.ª (PSD), 414/XIII/2.ª (PSD), 415/XIII/2.ª (PSD), 417/XIII/2.ª (CDS-PP) e 425/XIII/1ª (PS) - Sétima alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto (Conselho Económico e Social).

3. Outros assuntos.

1. Distribuição de iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 459/XIII (2.ª) (BE) - Elimina as coimas aos trabalhadores independentes que se atrasaram no pagamento das suas contribuições à Segurança Social, até que seja aprovado o novo regime de contribuições;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;

- Projeto de Lei n.º 566/XIII (2.ª) (BE) - Alarga o período de licença parental exclusiva do pai e estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA;

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

- Projeto de Lei n.º 569/XIII (2.ª) (PSD) - Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- Proposta de Lei n.º 92/XIII (2.ª) (ALRAM) - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2006, de 28 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 15-A/2011, de 23 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro, que regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

Deputado autor do parecer: GP do BE;

- Projeto de Lei n.º 578/XIII (2.ª) (PAN) - Altera o Código do Trabalho, estabelecendo as 35 horas como limite máximo do período normal de trabalho, equiparando o regime do Código do Trabalho ao da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Deputado autor do parecer: GP do PS;

- Projeto de Lei n.º 587/XIII (2.ª) (BE) - Altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento;

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

Foram indicados autores do parecer do Projeto de Lei n.º 459/XIII (2.ª) (BE) o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) e do Projeto de Lei n.º 578/XIII (2.ª) (PAN) o Senhor Deputado Luís Soares (PS).



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

Relativamente às restantes iniciativas os respetivos Grupos Parlamentares ficaram de fazer essa indicação em momento posterior.

2. Fixação de redações finais:

- Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 457/XIII/2.ª (PSD) e 475/XIII/2.ª (PCP) - Interpreta o n.º 7 do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;

- Texto final dos Projetos de Lei n.ºs 307/XIII/2.ª (BE), 371/XIII/2.ª (PS), 375/XIII/2.ª (PCP) e 378/XIII/2.ª (PAN) - Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro;

- Texto de substituição dos Projetos de Lei n.ºs 138/XIII/1.ª (BE), 244/XIII/1.ª (CDS-PP), 346/XIII/2.ª (PSD), 414/XIII/2.ª (PSD), 415/XIII/2.ª (PSD), 417/XIII/2.ª (CDS-PP) e 425/XIII/1ª (PS) - Sétima alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto (Conselho Económico e Social).

Submetidas à votação foram as redações finais dos três projetos de decreto aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

3. Outros assuntos.

O Senhor Presidente apelou a que os Grupos Parlamentares que ainda não o tenham feito indicassem aos serviços, com a maior brevidade possível, os Senhores Deputados autores dos pareceres das iniciativas distribuídas em Comissão.

No uso da palavra a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) pediu que a relação das iniciativas distribuídas fosse enviada aos respetivos Grupos Parlamentares.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão lembrou que o calendário dos trabalhos da Comissão no início da terceira sessão legislativa estava bastante condicionado por dois fatores: em primeiro lugar, pelos 15 dias de campanha para as eleições autárquicas, com início a 15 de setembro e, em segundo lugar, pela entrega do Orçamento do Estado para 2018 a 13 de outubro. Por este motivo, sugeriu que no mês de setembro a Comissão reunisse uma única vez, no dia 13 de setembro, e apelou a que os Senhores Coordenadores dos Grupos de Trabalho em curso na Comissão fizessem a marcação das reuniões dos seus grupos de trabalho com idêntica parcimónia, uma vez que muitos dos senhores Deputados irão estar envolvidos na campanha eleitoral.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) referiu que o seu Grupo Parlamentar tomou boa nota do apelo feito pelo Senhor Presidente mas lembrou que a Comissão assumiu o compromisso de concluir os trabalhos do GT-Precariedade (PREVPAP) antes da entrega do Orçamento do Estado, o que significa que o diploma tem de ser submetido a votação final global na Reunião Plenária do dia 20 de setembro. Por outro lado, uma vez que o diploma está em apreciação pública até ao dia 14 de setembro, as propostas de alteração dos Grupos Parlamentares terão de ser apresentadas e discutidas em data posterior, pelo que será necessário agendar mais uma reunião da Comissão para ratificação das votações realizadas em sede do Grupo de Trabalho, eventualmente dia 19 de setembro.

As entidades a ouvir no âmbito da discussão pública terão de ser auscultadas até dia 14 de setembro. À partida serão a FESAP, Frente Comum e Frente Sindical, o BE propõe ouvir o Movimento Precários do Estado e, eventualmente, mais uma ou duas entidades sugeridas pelos restantes Grupos Parlamentares. Em todo o caso, entende que sé possível dedicar um único dia (manhã e/ou tarde) a essa finalidade, sendo certo que a discussão e votação na especialidade teria de ser feita num outro dia.

A Senhora Coordenadora do GT-Precariedade, Deputada Wanda Guimarães, propôs que os Grupos Parlamentares indicassem outras entidades a ouvir até ao final do mês e anunciou que para o início de setembro será agendada uma reunião para definir a metodologia a adotar e proceder à marcação das audições das entidades indicadas.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), Coordenadora do GT-Parentalidade e Igualdade de Género, propôs que a primeira reunião do grupo se realizasse no dia 13 de setembro, após a reunião da Comissão, igualmente para definir a metodologia e a calendarização dos trabalhos. Solicitou que até lá os Grupos Parlamentares indicassem as entidades a auscultar, as quais poderiam eventualmente ser ouvidas nos dias 18, 19 e 20 da parte da manhã, para aproveitar a deslocação dos Senhores Deputados ao Parlamento para as reuniões plenárias.

A reunião foi integralmente gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 outubro 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 105/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Isabel Santos
José António Silva
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram as seguintes Senhoras Deputadas:

Joana Barata Lopes
Maria das Mercês Borges
Susana Lamas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque
Ricardo Bexiga